



Delineamento do espaço social da agricultura familiar no meio rural tocantinense

Renata Rauta Petarly

Universidade Federal do Norte do Tocantins – Araguaína – TO – Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5491-4567>

Antônio José Pedroso Neto

Universidade Federal do Tocantins – Palmas – TO – Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6509-527X>

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar e objetivar os meios de vida específicos de famílias de agricultores familiares e os *habitus* correlatos, com a proposta de delinear o seu espaço social. Foi pesquisado o espaço social da agricultura familiar de um município tocantinense: Wanderlândia. O levantamento de dados se deu a partir de questionários com 41 famílias. A base conceitual é a noção de meios de vida e as noções de espaço social e *habitus*. Os dados foram analisados via Análise de Correspondências Múltiplas. Os resultados apontaram para a existência típica de três meios de vida e *habitus* correlatos: um rural mais tradicional; um mais flexionado pelo mundo urbano, escolar e pelas relações formais com o estado; e um mais flexionado pelo mundo urbano, comercial, financeiro e pelas relações com o estado.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Tocantins. Meios de vida. *Habitus*.

Outlining family farming social space in rural Tocantins State

Abstract

The aim of the present article is to identify and objectify smallholder farming families' specific livelihood types and related *habitus* in order to outline their social space. Family farming social space in Wanderlândia municipality, Tocantins State, was assessed. Data collection was carried out through questionnaires applied to 41 families. The study's conceptual basis lies on the sense of livelihood types, as well as of social space and *habitus*. Data were analyzed through Multiple Correspondence Analysis. According to the results, there are three livelihood types and related *habitus*: a traditional rural one; a type influenced by the urban world, by schooling and formal relationships with the State; and a type influenced by the urban, commercial, financial worlds, and by relationships with the State.

Keywords: Family Farming. Tocantins State. Livelihood. *Habitus*.

Delineación del espacio social de la agricultura familiar en el medio rural tocantinense

Resumen

El objetivo de este artículo es identificar y objetivar los medios de vida específicos de familias de agricultores familiares y los *habitus* relacionados, con la propuesta de perfilar tu espacio social. Se investigó el espacio social de la agricultura familiar de un municipio tocantinense: Wanderlândia. La recopilación de datos se dio a partir de cuestionarios con 41 familias. La base conceptual es la noción de medios de vida y las nociones de espacio social y *habitus*. Los datos fueron analizados vía Análisis de Correspondencias Múltiples. Los resultados

apuntaron para la existencia típica de tres medios de vida y *habitus* correlatos: un rural más tradicional; uno más flexionado por el mundo urbano, escolar y por las relaciones formales con el estado; y uno más flexionado por el mundo urbano, comercial, financiero y por las relaciones con el estado.

Palabras clave: Agricultura familiar. Tocantins. Medios de vida. *Habitus*.

1 Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar um delineamento dos meios de vida existentes no meio rural do Tocantins, com foco nas características e *habitus* comuns no espaço social rural da agricultura familiar. Com base nisso, utilizamos as práticas sociais das famílias do município de Wanderlândia, localizado na região centro-norte do estado. Não se busca generalizar os meios de vida dessas famílias acreditando que se repetem em todas as cidades no interior do Tocantins ou de outros estados do país. Busca-se, no entanto, demonstrar como essas famílias se organizam, estruturam e se reproduzem socialmente, com uma pesquisa pautada na investigação a partir de um espaço delimitado e datado, que é uma variante dos outros e que, por isso, revela estruturas mais gerais e compartilhadas.

Esse estudo compreende o espaço rural como um local de constantes transformações (Wanderley, 2009). Em suas pesquisas sobre os meios de vida do caipira paulista, Candido (2003) demonstrou como o contato estabelecido entre a cultura caipira e a cultura urbana ocasionou em transformações nos meios de vida da população rural durante os anos de 1948 e 1954. Nesse sentido, diversos outros estudos passaram a se dedicar a essa perspectiva de compreensão dos processos sociais existentes no meio rural, principalmente os dedicados aos estudos da pluriatividade rural (Pereira, Souza e Schneider, 2010; Perondi, 2007; Schneider, 2003; Ploeg, 2006; Villwock e Perondi, 2016; Tonezer, Corona e Cerrati, 2022; Petarly e Pedroso Neto, 2021; Petarly 1, 2021). Esses achados demonstram como o meio rural não é um local estático, apenas agrícola e distante das práticas e relações sociais habituais das áreas urbanas. O acesso às políticas públicas, a assistência técnica e as políticas de concessão de crédito impulsionaram as famílias e possibilitou que elas se apropriassem de um conjunto de dispositivos típicos das áreas urbanas, como a frequência às instituições bancárias e financeiras; às repartições públicas, as empresas locais prestadoras de serviços de assistência técnica e de elaboração de projetos de financiamento; nas assembleias das chamadas públicas dos mercados institucionais, realizadas nas sedes das entidades executores do PNAE e PAA, por exemplo.

O espaço social da agricultura familiar tocantinense, ainda não é objetivo de estudo frequente entre os pesquisadores dos estudos das ruralidades, principalmente, aqueles que buscam entender o rural como um espaço de vida e não só um lugar de produção mercadológica. No Tocantins, esses estudos se dedicam a compreender os assentamentos de reforma agrária, as comunidades quilombolas, indígenas e os reassentados dos empreendimentos hidrelétricos (Parente, 2011; Parente e Guerrero, 2012; Parente, 2015; Cecchin, 2016; Cecchin e Parente, 2018). Quando analisam a agricultura familiar, o fazem sob o olhar de seus empreendimentos ou de sua organização política e social (Carvalho e Pedroso Neto, 2016; Ribeiro e Finco, 2015; Segura, Rodrigues e Castrillon, 2016; Petarly, 2021). Assim, esse artigo se baseia no estabelecido pela Lei nº 11306, de 2006, que estabelece os

critérios de inclusão de agricultores nas políticas voltadas à agricultura familiar e que, dessa maneira, possuem o direito de emitirem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP): agricultores que possuem propriedades rurais de até 04 módulos fiscais; que utilizem prioritariamente mão de obra familiar; que a gestão da propriedade também seja responsabilidade do núcleo familiar e que parte da atividade econômica venha da propriedade rural.

Poderíamos, então, enquadrar nesses critérios os agricultores familiares, assentados de políticas de concessão de terras, silvicultores, pescadores artesanais, aquicultores e extrativistas. Nesse sentido, nossa proposta é preencher uma lacuna que desvenda qual é o espaço social da agricultura familiar de um município do centro-norte do Tocantins, tendo como objeto de análise as famílias que acessaram as políticas públicas de inclusão produtiva, em específico o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). As perguntas que se pretendia responder eram: existem diferentes meios de vida específicos para a agricultura familiar waderlandiense e existem *habitus* correlatos nesse espaço social?

Como embasamento teórico, utilizamos Chambers e Conway (1992) que conceituam meios de vida como as características que possibilitam os indivíduos a manterem e/ou reproduzirem suas práticas sociais e cotidianas. Assim, para compreender esses meios de vida, investigamos com dados empíricos as características produtivas; educacionais e de acesso à qualificação profissional para a atividade produtiva; o compartilhamento de tarefas e a divisão sexual documental existente no interior das famílias (identificadas com o auxílio do questionário) e a participação dos membros da família durante as etapas da pesquisa (identificadas com o auxílio da observação).

Os questionamentos desta pesquisa poderão auxiliar o processo de elaboração de políticas públicas específicas para esse público e, ainda, elucidar características sociais existentes no espaço social vivenciado pelos beneficiários das políticas de inclusão produtiva.

2 Referencial teórico: o conceito de espaço social e de *habitus*

Temos como ponto de partida que, como Bourdieu, é necessário entender a realidade social como algo relacional, avançamos em apreender que só é possível compreender o comportamento humano ou as práticas sociais a partir das relações que os agentes sociais estabelecem dentro de um campo que determina e que é determinado pelo *habitus* do grupo no qual as relações se estabelecem (Bourdieu, 2008).

O espaço social global é definido por Bourdieu (2001, p. 164) como uma “estrutura de justaposição de posições sociais, ou seja, definidas como posições na estrutura de distribuição de diferentes espécies de capital”. A estruturação desse espaço social é realizada de tal modo que, o que determina a organização e alocação dos agentes dentro desse espaço — de modo geral nas sociedades contemporâneas — são “dois princípios de diferenciação”: os capitais econômico e cultural (Bourdieu, 2008, p. 19). O que localiza os agentes são as “propriedades ativas” (ou a ausência delas) que possuem, e uma propriedade é sempre localizada em relação à outra (Bourdieu, 1989, p. 134).

Isso implica que as distâncias espaciais entre os agentes também refletem nas distâncias sociais que vivenciam. Essa estrutura também pode ser vista como um espaço de interação e de interseção entre diferentes campos, transformando o espaço social em um campo de forças. Aqui, os agentes se relacionam e exercem relações de força uns sobre os outros e utilizam, para isso, meios e fins diferenciados que são determinados por sua posição nesse campo. Importante destacar que essas classificações ou posicionamentos não são intencionais por parte dos agentes. Essas propriedades atuam como uma força externa sobre os agentes nas suas relações sociais e moldam as ações dos mesmos de maneira pré-reflexiva (Bourdieu, 1989; 2008).

Essa espécie de disputa de forças é o que contribui para a manutenção ou transformação do campo no qual os agentes estão inseridos. Isso ocorre, pois, as posições sociais reproduzem o *habitus* e direcionam o processo de tomada de decisão dos agentes. Pode-se afirmar, inclusive, que o *habitus* é o princípio gerador e que tende a unificar os grupos sociais em suas determinadas posições dentro desse campo (Bourdieu, 1989). O que apenas tende a unificar, mas não homogeneiza os *habitus* individuais dentro de um campo, são as trajetórias sociais singulares que esses indivíduos vivenciaram durante sua vida (Bourdieu, 2013). Cada indivíduo, ao assimilar o *habitus* ou novos comportamentos no campo, interioriza e expressa essas formas singularmente, influenciado por sua trajetória única. Essas trajetórias sociais são caracterizadas como séries de determinações cronologicamente ordenadas e mutuamente independentes (Bourdieu, 2013), que tanto estruturam quanto são estruturadas por experiências progressas, moldando o indivíduo através de seus critérios de seleção (Bourdieu, 1989; 2008; 2013).

Para se compreender o conceito de *habitus* é necessário retomar que, para Bourdieu (2008), estrutura é um espaço social no qual as relações entre os indivíduos se concretizam de maneira relacional e a posição dos indivíduos nesse espaço se dá pelas diferenças relacionais que existem e subsistem entre eles. Isso significa, que são os processos históricos e as condições objetivas vivenciadas pelos indivíduos (em relação a outros indivíduos) que determinam a posição social deles nessa estrutura. Assim, verificamos essa dialeticidade entre processos históricos, mecanismos classificatórios, representação social e outros elementos da subjetividade dos indivíduos e as condições objetivas desse espaço vivenciado por eles resulta no *habitus* (Bourdieu, 2008). Pelas palavras do autor, “as estruturas que são constitutivas de um tipo particular de meio ambiente e que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma das regularidades associadas a um meio ambiente socialmente estruturado produzem *habitus*” (Bourdieu, 2002, p. 163).

É fundamental que se entenda que o *habitus* também se concretiza como agente determinante dos esquemas classificatórios que influenciam as visões de mundo e as divisões morais da subjetividade dos agentes. Esses esquemas asseguram que grupos distintos possuam signos identitários que os diferenciam de outros grupos e que, por serem relacionais, acabam por entrar em conflito e se posicionam como em um campo de forças (Bourdieu, 2008). Em suma, é possível compreender que o espaço social é um local onde as relações possibilita localizar cada agente a partir da sua aproximação com outros agentes — a partir das propriedades pertinentes que possuem. Para Bourdieu (1989, p. 136) “o conhecimento da posição ocupada neste espaço comporta uma informação sobre as propriedades intrínsecas (condição) e relacionais (posição) dos agentes”.

A alteração de posicionamento neste espaço sempre levará em consideração aspectos relacionados ao trabalho, ao tempo e, principalmente, às relações sociais estabelecidas, que podem reforçar a posição ou alterá-la. Além disso, “a posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles” (Bourdieu, 1989, p. 134). É importante reforçar que o agrupamento de agentes no espaço social não deve deixar de lado as semelhanças econômicas e culturais que são fundamentais na conformação de seus *habitus*. No entanto, é possível utilizar outros princípios de diferenciação dos agentes que ultrapassam esses dois, por exemplo, étnicos, geracionais, gênero etc. (Bourdieu, 1989).

A partir dessa lógica, é possível compreender que o *habitus* é resultado de um conjunto de condições de existência, uma estrutura estruturada que antecipa práticas, cria uma estrutura de representações e sua composição é coletivamente orquestrada (Bourdieu, 2013). Ou seja, seu funcionamento produz práticas determinadas pela antecipação de suas consequências, sendo, assim, reprodutoras das estruturas as quais são seu produto (Bourdieu, 2002). Compreendemos, então, que o *habitus* é um conjunto de disposições cognitivas e corporais que, por ser resultado e resultante de “um depósito no qual são conservados os valores mais preciosos” (Bourdieu, 2013, p. 112), se torna uma espécie de lembrete de comportamentos aprendidos, de procedimentos controláveis e que se estabelece de maneira irreflexiva pelos agentes sociais (Bourdieu, 2013).

Como esse conjunto de disposições se estrutura de maneira a garantir a continuidade de um *modus operandi* corporal e cognitivo, ele se torna um artifício de manutenção de diversas ordens sociais para “recolocar o corpo em uma postura global apropriada para evocar os sentimentos e os pensamentos que lhe são associados, em um desses estados indutores do corpo [...] que provocam os estados de alma” (Bourdieu, 2013, p. 113). Isso significa, que o comportamento corporal, é uma disposição permanente que orienta o modo de falar, de andar, de se portar em determinadas situações, de como sentir e, até mesmo, o que e como pensar.

É o *habitus* que explica, então, por que o indivíduo tem determinada atitude, escolhe determinada ação e antecipa certas consequências e, é através dele, que reproduz as estruturas nas quais está inserido e das quais é produto. O *habitus* representa um conjunto de percepções, valores e práticas que espelham o comportamento do grupo social em que os indivíduos participam e interagem na estrutura social (Bourdieu, 2002; 2008). É por meio dele que, por exemplo, as decisões individuais não se limitam a considerar apenas os ganhos individuais, mas também levam em conta as experiências passadas e coletivas.

Sendo uma “história incorporada”, o indivíduo não a reconhece como tal, permitindo que as práticas sociais adquiram certa autonomia em relação às determinações externas do momento vivido (Bourdieu, 2013, p. 93). De maneira inconsciente, esse senso prático sobre como agir influencia a individualidade de cada um, capacitando o indivíduo a saber como se comportar sem necessidade de instruções explícitas ou correções (Bourdieu, 2001). A maior influência sofrida no comportamento é aquela que, por estar inculcada no indivíduo, não se identifica como uma influência (Bourdieu, 2002).

Ao considerar suas experiências vividas, a ação realizada por cada indivíduo tende a se repetir quando vivenciada nos mesmos contextos, o que perpetua certas

práticas, valores e atitudes no decorrer do tempo. Essa ação repetida não é determinística, mas sim, uma manutenção do *habitus*. Como o *habitus* é orquestrado na coletividade, ou seja, ele é construído por meio das relações sociais dentro de um espaço social em que as relações de poder se organizam, as ações individuais se solidificam através das pressões e limites impostos socialmente para a garantia da manutenção daquele *habitus* (Bourdieu, 2013).

Quanto estruturas incorporadas pelos agentes, Bourdieu (2002) explica que, desde a infância, as crianças, ao imitarem o comportamento dos adultos, estão aprendendo uma série de práticas. Essa incorporação é ensinada pelos adultos que também ensinam o comportamento que devem ter para que sejam aceitas perante a sociedade. É a partir de um trabalho pedagógico que se habitua um corpo para se tornar um corpo estruturado. Essa estruturação dos corpos, inclusive, faz com que suas “marcas” sexuais sejam elementos constitutivos na explicação da divisão sexual do trabalho perpetuada desde as sociedades tradicionais. Por exemplo, é a convivência com os pais e com as mães que as crianças conseguem interiorizar as estruturas da divisão sexual do trabalho. Outro exemplo é o conflito geracional, que para além de ser um conflito entre pessoas de idades diferentes, é, principalmente, o reflexo da incompatibilidade entre *habitus* constituídos por características épocas, conjunturas e sistemas de classificações diferentes (Bourdieu, 2002).

Para compreender como esses *habitus* definem e são definidos pelos meios de vida, utilizamos o conceito proposto por Chambers e Conway (1992) que define meios de vida rural à forma como as pessoas e comunidades obtêm seus recursos, gerenciam suas atividades e interagem com o ambiente para garantir seu sustento e seu bem-estar. Dessa forma, envolve não apenas a geração de renda, mas também aspectos sociais, culturais e ambientais presentes no cotidiano dessas pessoas. Nesse sentido, podemos compreender os meios de vida como as estratégias adotadas pelas pessoas para atender às suas necessidades básicas, como alimentação, abrigo, saúde e educação, levando em conta os recursos disponíveis e as condições locais. É uma abordagem holística que busca demonstrar a complexidade das práticas e decisões das comunidades em relação à sua subsistência e desenvolvimento. Em resumo, os autores definem os meios de vida como as capacidades desenvolvidas pelos indivíduos, os ativos sob propriedades desses mesmos indivíduos e as atividades requeridas e desenvolvidas por eles para manter uma forma de se viver.

As capacidades desenvolvidas pelos indivíduos dizem respeito a habilidades, conhecimentos e recursos que uma pessoa adquire ao longo da vida, que a capacitam a realizar determinadas atividades, enfrentar desafios e alcançar seus objetivos. Dentre elas, estão as habilidades técnicas, as habilidades sociais, o conhecimento adquirido por meio da educação formal ou informal, as capacidades cognitivas e físicas (Chambers e Conway, 1992). Já os ativos sob propriedade dos indivíduos referem-se aos recursos tangíveis e intangíveis que uma pessoa possui e pode utilizar para melhorar seus meios de vida, gerar renda e garantir seu sustento. Dentre eles, estão os ativos físicos, financeiros, humanos, sociais e naturais (Chambers e Conway, 1992).

As atividades requeridas e desenvolvidas pelos indivíduos para manutenção de sua forma de viver são aquelas realizadas para garantia de sua sobrevivência e de sua família, por exemplo. Elas variam de acordo com as características socioeconômicas, demográficas, ambientais e culturais. Dentre elas, estão as atividades produtivas; de cuidado e manutenção da saúde, higiene e alimentação da

família, dos animais, dos recursos naturais necessários; atividades de aprendizagem e capacitação, e atividades de participação comunitária (Chambers e Conway, 1992).

Conceitualmente, Chambers e Conway (1992), estabelecem que, para ser considerado um meio de vida sustentável, as práticas devem possuir as seguintes características: ser sustentável ao longo prazo, garantindo continuidade de recursos e bem-estar aos envolvidos; deve haver diversificação de atividades que possibilitem à resiliência dessa prática e sua capacidade adaptativa; deve respeitar e valorizar as tradições e conhecimentos locais.

Um aspecto essencial na descrição dos meios de vida da agricultura familiar de Wanderlândia é a forma como a família se organiza internamente para a realização do trabalho, ou seja, para as atividades econômicas relativas à produção agrícola. Para compreendermos o *habitus* familiar, precisamos identificar as características dessas famílias que consolidam os seus meios de vida.

3 Procedimentos metodológicos

Aliados ao aporte teórico, os procedimentos metodológicos se estruturam em duas estratégias de levantamentos de dados: observação e questionário¹. A observação permite o levantamento de informações que ultrapassam os relatos ou percepções dos próprios entrevistados e possibilita que o pesquisador torne “familiar aquilo que é estranho e estranho aquilo que é familiar” (Beaud e Weber, 2007, p. 99). De acordo com Triviños (2009), observar significa destacar um grupo de elementos inseridos em um fenômeno social a partir de critérios e características previamente estabelecidos. No caso dessa pesquisa, nossa observação foi registrada em diário de campo e analisada utilizando o arcabouço teórico.

Assim, a observação seguiu um roteiro, foi sistematizada e observou itens específicos que possibilitaram encontrar respostas aos questionamentos levantados. As anotações no diário de campo são de caráter descritivo dos comportamentos familiares e de natureza reflexiva durante o desenvolvimento do processo de observação (Triviños, 2009). A observação foi orientada para identificar traços das relações de gênero que se apresentavam na nossa presença, ou seja, durante a aplicação do questionário, observamos quem respondia às perguntas, onde as mulheres e os homens se sentavam e quem se aproximava da pesquisadora durante esses momentos. A observação foi, então, realizada durante o processo de aplicação do questionário.

O questionário, estruturado tanto com perguntas abertas, quanto de perguntas fechadas, foi utilizado para levantar dados que caracterizassem as famílias de acordo com traços gerais (Triviños, 2009). O delineamento dessas características é importante para objetivar a morfologia do grupo estudado a fim de localizar as famílias no espaço social no qual estão inseridas. Para essa etapa foi realizado um levantamento de todos os titulares que acessaram os programas pela prefeitura

¹ Este artigo utiliza parte dos dados de uma tese de doutorado. O levantamento de dados no campo foi realizado de julho a dezembro de 2019, de fevereiro a março de 2020, de outubro a novembro de 2020 e em julho de 2021. Foi realizada junto a informantes-chave, agentes de extensão rural, representantes da prefeitura e integrantes das famílias de agricultores familiares que tiveram acesso ao PAA e/ou ao PNAE. Para uma visão completa do conjunto dos dados, ver Petarly (2021).

municipal de Wanderlândia (um projeto em 2013 e outro em 2015) e pelo RURALTINS² (2015 a 2018). Foram utilizados diversos critérios para selecionar os participantes desta fase: primeiro, ter entregue sua produção por pelo menos um ano; segundo, possuir uma propriedade rural no município estudado; terceiro, ser residente do município estudado; quarto, ter apenas um cadastro por unidade produtiva familiar³. Assim, 41 famílias responderam ao questionário.

Utilizamos o questionário para mapear as características do grupo familiares. Pesquisamos informações econômicas (tipo de agricultura desenvolvida, tamanho e titularidade da propriedade rural), sociais (escolaridade dos membros da família e localização das propriedades rurais e de residência) e produtivas (itens produzidos, acesso aos selos de inspeção sanitária, titularidade da Declaração de Aptidão ao Pronaf e compartilhamento de tarefas).

Após definir as perguntas que poderiam contribuir para a identificação dos elementos que compõem os meios de vida das famílias rurais, fizemos análise dos dados pela Análise de Correspondência Múltipla (ACM). Nela é possível apresentar a estrutura objetivada do espaço social formado pelas famílias, pois projeta as características de cada família em um local específico desse espaço. Esse método trabalha com um sistema de diferenças, ou seja, os indivíduos estatisticamente parecidos são agrupados, enquanto os indivíduos estatisticamente mais diferentes, são distanciados (Duval, 2017). Essa metodologia possibilita a construção de nuvens de pontos ao identificar os principais eixos de variáveis na estruturação da dimensionalidade dos dados e compreender as nuvens projetadas nesses eixos e nos subespaços que essas nuvens formaram (Lebaron e Le Roux, 2015). Portanto a ACM informa as características consideradas mais estruturantes para o posicionamento dos indivíduos no espaço social.

Operacionalmente, foram selecionadas 10 variáveis ativas com 35 categorias ativas. Ou seja, 10 questões influenciaram o posicionamento no espaço social com 35 possibilidades de respostas, que também influenciaram o posicionamento das famílias nesse espaço. Realizamos a ACM com o software *Coheris Analytics Spad* (SPAD). A análise resultou em 25 eixos. Após a taxa modificada de Benzecri (Le Roux e Rouanet, 2004) totalizou em 72,6% da inércia nos dois primeiros eixos, sendo 51,8% no primeiro e 20,7% o segundo. Seguindo o método de contribuições (Bonnet, Lebaron e Le Roux, 2015), optou-se por analisar apenas as categorias que contribuíram com os dois primeiros eixos e com a inércia geral acima da média, ou seja, $100/35 = 2,9$. Em termos práticos, a ACM possibilita visualizar, no plano fatorial, quais são as categorias (propriedades ativas) que contribuem para o posicionamento das famílias no espaço social. Levando em consideração que o posicionamento é sempre dado a partir das oposições existentes entre as categorias, os lados opostos de cada eixo apresentam dois agrupamentos de categorias que são distintos entre si. Na sequência, apresentaremos as informações levantadas e as análises que realizamos.

² RURALTINS é o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins, órgão estadual responsável pela prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural pública no estado.

³ Identificou-se 48 cadastros, mas 7 famílias não participaram por diversos motivos: ninguém da região sabia quem era; não foi encontrado em casa nas vezes em que foi procurado; recusaram a serem visitadas devido ao período da Pandemia da COVID-19; se recusaram a participar da pesquisa.

4 Delineamento dos meios de vida da agricultura familiar wanderlandiense

Com base no conceito de Chambers e Conway (1992), apresentamos o Quadro 1 com as características que serão identificadas nas famílias. A segunda coluna expressa as variáveis e a terceira as suas categorias. Ao longo da análise dos dados outras teorias se somarão às apresentadas até aqui, pois serão utilizadas com a finalidade de auxiliar a compreensão dos dados e na própria categorização deles.

Quadro 1 – Características que compõem os meios de vida rural

Composição dos meios de vida rural (CHAMBERS e CONWAY, 1992)	Características analisadas neste estudo	
Capacidades desenvolvidas pelos indivíduos	Tipo de agricultura	Subsistência
		Empresarial
		Pluriativa
		Não desenvolvem mais a agricultura
	Escolaridade dos adultos	Baixo acesso
		Médio e alto acesso
Ativos sob propriedades dos indivíduos	Titularidade da propriedade rural	Titularidade é masculina
		Titularidade é feminina
		Titularidade é de terceiros
	Tamanho da propriedade rural	Até 5 alqueires
		Até 10 alqueires
		Até 15 alqueires
		Mais de 15 alqueires
		Não sabe o tamanho
	Titularidade da DAP	Titularidade é masculina
		Titularidade é feminina
		Titularidade é de terceiros
	Localização geográfica da propriedade rural	Localização - Ipê Amarelo
		Localização - Costa Rica
		Localização - Outros povoados (Estrela, Floresta, Araçulândia, Correntino, Córrego Areia)
		Localização - Serra de São Félix
Localização - Área urbana de Wanderlândia		
Localização - Serra Curta		
Atividades requeridas e desenvolvidas por eles para manter uma forma de se viver	Acesso a selos de inspeção sanitária	Não acessam - dificuldade de acesso
		Não acessam - falta de informação
		Não acessam - falta de interesse
		Não acessam - muita burocracia
		Acessam - exigência para vender
	Atividades produtivas desenvolvidas	Produção - in natura
		Produção - in natura e processados
		Produção - processados
	Organização familiar para manutenção das atividades produtivas desenvolvidas	Compartilhamento - compartilham
		Compartilhamento - não compartilham

Fonte: elaborado pelos autores

Com relação às capacidades desenvolvidas pelos indivíduos, observamos o tipo de agricultura desenvolvida e a escolaridades dos adultos das famílias. Para a primeira observação nos baseamos na proposta chayanoviana de caracterização das unidades produtivas familiares a partir da mão de obra necessária para atendimento da demanda interna pelo consumo. Nesse sentido, Chayanov (2014) define critérios como: a busca pelo equilíbrio entre a produção e a utilização da mão de obra dos membros da família e o critério utilizado para a contratação de funcionários visando equilibrar a quantidade de produção alcançada.

Quando uma família toma a decisão sobre a quantidade de produtos que serão produzidos com a finalidade de comercializá-los e sua produção excede tanto a demanda interna de consumo doméstico, quanto a quantidade disponível de mão de obra dessa família, é preciso recorrer à contratação de trabalhadores que não façam parte da família. Nesse contexto, torna-se crucial comercializar a produção em uma quantidade que cubra os custos adicionais gerados pela produção excedente. Dessa forma, distinguimos as famílias em dois agrupamentos distintos: o primeiro é de famílias consideradas de uma agricultura familiar de subsistência, que utilizam a mão de obra da própria família para equilibrar a produção com o consumo familiar, sem recorrer à formas de contratação externa de trabalhadores para fornecimento de mão de obra; e um segundo grupo de famílias que podem consideradas de uma agricultura familiar empresarial, onde as famílias precisam de uma quantidade maior de mão de obra do que a disponível internamente na família, visto que produzem mais do que a demanda familiar por consumo.

Para compreendermos que os meios de vida rurais não são apenas aqueles nos quais os indivíduos utilizam atividades agrícolas e pecuárias para manutenção da sua sobrevivência e reprodução familiar, a literatura específica recente indica a necessidade de percebermos outra categoria de unidades produtivas que identificamos entre as famílias que pesquisamos: os agricultores familiares pluriativos. De acordo com Schneider (2003), famílias pluriativas são aquelas que a renda familiar não é composta apenas pela renda da agricultura, mas sim, por uma diversidade de atividades que ultrapassam as barreiras agrícolas e pecuárias. Com base nos nossos dados de pesquisa, também identificamos outra categoria existente nesse espaço social analisado: o das famílias que, durante a pesquisa, não desenvolvem mais nenhum tipo de atividade produtiva proveniente da agricultura. São famílias que abandonaram suas produções devido a diversos motivos, dentre eles a ausência de água na propriedade, a análise econômica não ser favorável para manutenção da atividade produtiva ou o envolvimento com trabalho remunerado na área urbana do município ter impossibilitado a permanência da atividade produtiva agrícola.

A observação da escolaridade dos pais é outro fator necessário para compreensão dos meios de vida nesse espaço social. Ao fazer o levantamento do acesso educacional dos adultos das famílias, criamos duas categorias: com baixo acesso educacional, isto é, adultos que não estudaram ou que concluíram apenas as séries iniciais; e com médio e/ou superior acesso educacional, ou seja, adultos que concluíram o ensino médio ou fizeram algum curso superior.

Com relação aos ativos sob propriedade dos indivíduos, observamos a localização geográfica, a titularidade das propriedades rurais, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e o tamanho das propriedades. Essas características foram selecionadas por demonstrarem o acúmulo de capital econômico que as famílias

possuem. Além disso, demonstram em que medida as famílias estão próximas ou distantes das áreas urbanas do município, o tipo de estratégia para acesso à terra e de que forma as diferenças de gênero orientam, ou não, o acesso às políticas públicas (visto que as políticas públicas são acessadas pelos titulares da DAP).

Notamos que a localização geográfica também é um fator que distingue as famílias no espaço social. Elas podem ser agrupadas em tipos distintos de localidades: em áreas da reforma agrária, isto é, Assentamentos Ipê Amarelo e Costa Rica; em áreas de crédito fundiário, como a Serra de São Félix; em áreas rurais não vinculadas às políticas de acesso à terra, ou seja, outros povoados e Serra Curta; e em áreas urbanas, ou seja, área urbana de Wanderlândia. Nossos dados nos mostraram a existência de famílias que vivenciaram tipos distintos de acesso às propriedades rurais. Como descrito, foi possível identificar famílias que acessaram suas propriedades por meio da Política Nacional de Reforma Agrária e pela Política Nacional de Crédito Fundiário, as demais acessaram suas propriedades por meio de herança, contratos de compra e venda, doação ou cessão.

A titularidade das propriedades rurais também é um fator necessário para compreender os meios de vida das famílias. Isso se justifica, à medida que possuir a titularidade da terra permite que os agricultores possam se fixar na localidade, construindo sua história de vida, planejando o futuro e realizando investimentos a longo prazo. Se fizermos essa observação por meio das análises de gênero, a titularidade da terra é ainda um fator decisivo para maior ou menor autonomia feminina no meio rural, visto que ele permite que as mulheres se insiram nos processos de tomada de decisão tanto produtiva, quanto familiar (Carneiro, 1994; Butto, Dantas, 2011; Zarzar, 2017). Os dados dos questionários indicam que 59% das propriedades estão sob titularidade masculina, enquanto que 24% estão sob titularidade feminina. A titularidade das demais propriedades varia entre ser de algum parente, estar em processo judicial de troca, ser de alguma pessoa ou instituição parceira ou não saberem quem é o titular.

Observar a titularidade da DAP também é importante para análise dos meios de vida dessas famílias, visto que é a partir desse documento que as famílias podem ter acesso às políticas públicas de inclusão produtiva, de acesso à crédito, assistência técnica e outras. Assim, ao observar esses dados também por meio da perspectiva de gênero, ser titular da DAP é mais uma garantia de possibilidade de conquista da autonomia econômica feminina no meio rural, tal como investigaram Siliprandi e Cintrão (2011), Brumer e Spavanello (2011) e Bruno *et al.* (2011). No nosso caso, os dados da pesquisa indicam que os homens são titulares em 56% das famílias, as mulheres em 37% e outras pessoas em 7%. Ou seja, majoritariamente, as titularidades da DAP são masculinas.

Outro item necessário para delineamento dos ativos sob propriedade das famílias é o tamanho de suas propriedades rurais. Como já foi dito, isso é uma característica que está fortemente relacionada com o posicionamento das famílias no espaço social estudado. Nossos dados indicam que 24% das famílias possuem propriedades de até 5 alqueires; 39% entre 5 e 10 alqueires; 12% entre 10 e 15 alqueires; 20% com mais de 15 alqueires e 5% não sabem informar o tamanho de suas propriedades. Em síntese, majoritariamente, as famílias possuem propriedades medianas, isto é, entre 5 e 15 alqueires, enquanto que a menor parcelas das famílias possui propriedades com tamanhos maiores, ou seja, acima de 15 alqueires.

O último item especificado por Conway e Chambers para delinear os modos de vida são as atividades requeridas e desenvolvidas pelas famílias para manter a forma de viver. Para essa caracterização, utilizamos as seguintes informações: acesso a selos de inspeção sanitária, atividades produtivas desenvolvidas e organização familiar para realizar essas atividades. Optamos por essas características, pois, elas tendem a demonstrar alguns princípios da construção coletiva da realidade: atendimento às legislações sanitárias para comercialização de determinados tipos de produtos; quais produtos estão sendo comercializados também em função dessas legislações; e a forma com que as famílias organizam os papéis sociais de gênero e geração na divisão do trabalho familiar.

Nesse sentido, o acesso aos selos de inspeção sanitária que possibilita a comercialização de produtos de origem animal ou vegetal que passaram por algum tipo de processamento é uma característica que posiciona as famílias em locais distintos do espaço social. Os dados da nossa pesquisa indicam que 90% dos agricultores familiares não possuem nenhum tipo de selo de inspeção (estadual ou municipal) e que apenas 10% o possuem. Os motivos que levam a essa discrepância, de acordo com as famílias, é que o excesso de burocracia e a falta de informações sobre o assunto, que dificultam a ampliação do acesso por um número maior de famílias. Outro motivo elencado é a falta de interesse visto que não produzem itens que demandam o uso ou apresentação do selo.

Sobre isso, a exposição de Garcia Jr (1983) nos auxilia na compreensão sobre a dificuldade dessas famílias em acessarem as burocracias exigidas pela legislação brasileira. O autor afirma, que a criação governamental de uma categoria específica para denominar um grupo de agricultores não representa, por si só, a inserção desses agentes nos níveis práticos dessa nova denominação. Ou seja, inserir os agricultores familiares no nível jurídico por meio do acesso às políticas públicas não resulta, conseqüentemente, na inserção dessas famílias no nível prático cotidiano das exigências feitas pelas legislações referentes a essas políticas públicas. Apesar de 43% das famílias se enquadrarem na legislação específica dessas políticas, elas ainda não conseguem atender às exigências especificadas por essa legislação — no caso, os selos exigidos para comercialização de determinados produtos.

Com relação às atividades produtivas realizadas pelas famílias, é possível identificar uma variedade de itens produzidos no município: 22 famílias produziam hortifrutigranjeiros⁴, 18 produziam frutas, 17 abóbora, 16 mandioca, 13 milho, 8 polpas de frutas, 8 frangos, 8 farinha, 7 coco verde, 7 banana, 7 produtos processados⁵, 6 melancia, 6 alface e 5 famílias produziam cheiro-verde⁶. Para sistematização e análise dos produtos, optamos por organizá-los em dois tipos: produtos *in natura* ou produtos processados. No caso da nossa pesquisa, encontramos famílias que apresentaram 3 situações distintas: 1 produziam apenas produtos *in natura*; 2 produziram apenas produtos processados; 3, famílias que produziam tanto produto *in natura*, quanto produtos processados.

⁴ Categorizamos como produtos hortifrutigranjeiros uma diversidade de produtos que surgiram poucas vezes durante a pesquisa: carne, ovos, amendoim, gergelim, feijão, rúcula, hortaliças, folhagem, batata-doce e inhame.

⁵ Pães, bolos, biscoitos e temperos prontos.

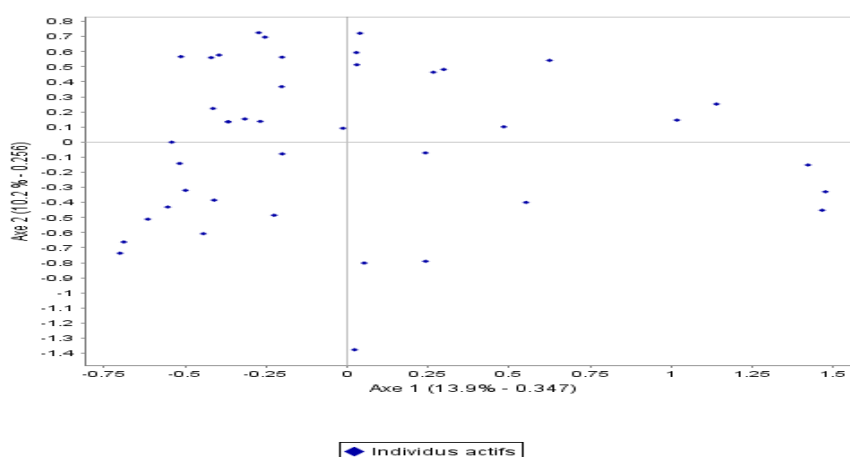
⁶ Na região estudada, o cheiro-verde é o conjunto de cebolinha e coentro.

A organização familiar para a realização de tarefas produtivas também é um elemento que analisamos. Foi possível identificar famílias que realizam o compartilhamento das tarefas entre seus membros e famílias que não fazem o compartilhamento de tarefas, apresentando marcas de gênero muito distintas entre as tarefas realizadas.

5 O espaço social da agricultura familiar Wanderlandiense

Para além da estatística descritiva, para analisar os dados foi utilizada a Análise de Correspondência Múltipla e, a partir das informações disponibilizadas, foi possível objetivar as famílias no espaço social da agricultura familiar. É importante destacar, que é o agrupamento das categorias que contribui para identificar qual é a posição das famílias no espaço social, ou seja, é a partir do conjunto de características que as famílias possuem – descritas no tópico anterior – que é possível identificar como elas estão posicionadas. Assim, a ACM permite visualizar o espaço social da seguinte forma:

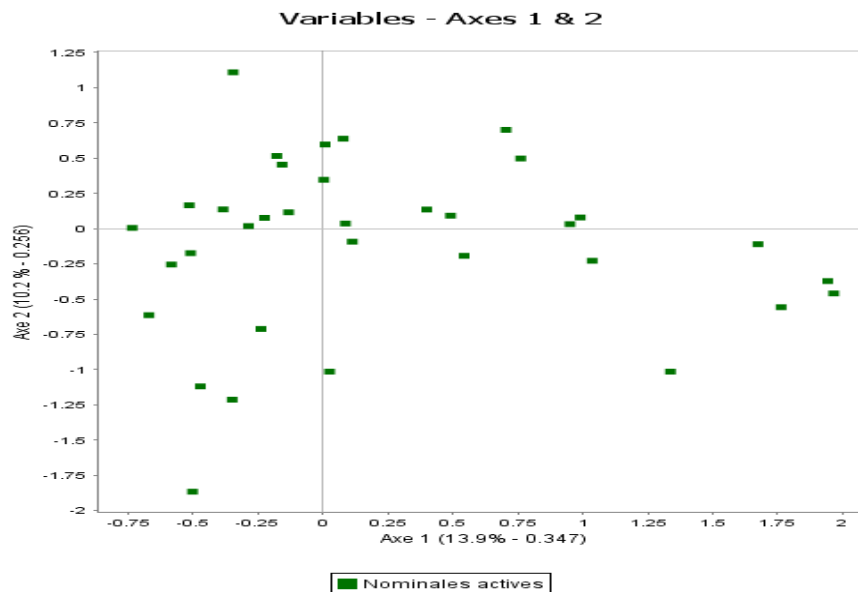
Figura 1 – Espaço social das famílias de Wanderlândia
Individus - Axes 1 & 2



Fonte: os autores

O agrupamento das 35 categorias também permite que a ACM as posicione de maneira a identificar a contribuição de cada uma para a consolidação do espaço social analisado.

Figura 2 – Posicionamento das Variáveis Ativas



Fonte: os autores

Na sequência, apresentamos e analisamos a composição dos eixos e das categorias que contribuem com a sua consolidação.

5.1 O eixo da pluriatividade e da agricultura de subsistência

O primeiro eixo (horizontal) é formado por doze categorias. Quatro estão do lado esquerdo: *agricultura – subsistência* (CpTagS); *o tamanho da propriedade é até dez alqueires* (CpTpD); *não sabe o tamanho da propriedade* (CpTPN); *compartilhamento – compartilham* (CpCTpS). E oito estão do lado direito: *educação – médio ou alto acesso* (CsEm); *o tamanho da propriedade é de até cinco alqueires* (CpTpC); *terceiros são titulares da terra* (CpTtT); *agricultura – não desenvolvem mais* (CpTagN); *posicionamento – urbano* (CsPU); *localização – área urbana de Wanderlândia* (CsLW); *produção – processados* (CpTPP); *selo – sim, exigência para vender* (CpSiEV).

As categorias do lado esquerdo podem ser sistematizadas em capacidades desenvolvidas pelos indivíduos (CpTagS), ativos sob propriedade dos indivíduos (CpTpD; CpTPN) e atividades requeridas e desenvolvidas pelas famílias para manutenção das atividades produtivas (CpCTpS). Em relação às capacidades desenvolvidas pelos indivíduos, quanto mais à esquerda estão as famílias, mais tendem a ser de *agricultura de – subsistência*. Essa categoria indica que o tipo de agricultura desenvolvida pela família é considerado como de subsistência, ou seja, a família equilibra a mão de obra familiar produtiva com a própria demanda familiar por consumo e não realiza nenhum tipo de contratação de mão de obra externa para a sua produção.

Correlativamente, no que diz respeito aos ativos sob propriedade dos indivíduos, duas categorias contribuem: *o tamanho da propriedade é de até dez alqueires* e *não sabe o tamanho da propriedade*. Essas categorias indicam que, nesse lado do eixo, tendem estar as famílias que não sabem o tamanho de suas

propriedades ou que possuem propriedades com tamanhos medianos, tendo até 10 alqueires.

Por fim, a última categoria diz respeito às atividades requeridas e desenvolvidas pelas famílias para manutenção das suas atividades produtivas: *compartilhamento – compartilham*, que indica que a realização do trabalho produtivo é compartilhada entre os membros da família, ou seja, não é protagonizada por nenhum membro em específico e a divisão do trabalho tende a ser igualitária. Assim, é possível apontar que quanto mais à esquerda do eixo estão as famílias, mais tendem a desenvolver uma agricultura considerada de subsistência, tendem a não saber o tamanho de suas propriedades ou possuem propriedade de até 10 alqueires e tendem a realizar o compartilhamento das tarefas produtivas entre os membros da família.

As categorias do lado direito podem ser sistematizadas em capacidades desenvolvidas pelos indivíduos (CsEm; CpTagN), ativos sob propriedade dos indivíduos (CpTpC; CpTtT; CsPU; CsLW) e atividades requeridas e desenvolvidas pelas famílias para manutenção das atividades produtivas (CpTPP; CpSiEV).

No que se refere às capacidades desenvolvidas pelos indivíduos, duas categorias contribuem: *educação – médio ou alto acesso*, que indicam que os adultos da família cursaram o ensino médio ou cursaram nível superior ou cursos de pós-graduação; e *agricultura – não desenvolvem mais*, que indica que apesar de as famílias possuírem propriedades rurais, durante a pesquisa elas não desenvolviam mais atividades produtivas em suas propriedades

Correlativamente, no que se refere aos ativos sob propriedade dos indivíduos, quatro categorias contribuem: *o tamanho da propriedade é de até cinco alqueires; terceiros são titulares da terra; posicionamento – urbano; e localização – área urbana de Wanderlândia*. Essas categorias indicam que as famílias possuem propriedades que tendem a ser pequenas, possuindo até 5 alqueires, que as titularidades das propriedades não são de nenhum membro da família, tendendo a ser — ou de algum parente ou de alguma organização coletiva — e que as famílias residem em áreas consideradas urbanizadas, neste caso, na área urbana do município de Wanderlândia.

Por fim, no que se refere às atividades requeridas e desenvolvidas pelas famílias para manutenção das atividades produtivas, temos duas categorias: *produção – processados*, que indica que as famílias comercializam ou comercializavam produtos que passavam por algum processamento antes de sua comercialização, ou seja, não vendiam produtos *in natura*; e *selo – sim, exigência para vender*, indica que para comercializar esses produtos processados, as famílias conseguiram se adequar às normas sanitárias exigidas para a obtenção do selo de inspeção municipal.

Resumidamente, as famílias do lado direito do eixo tendem a residir em áreas urbanas do município e a serem compostas por adultos com níveis educacionais mais elevados, e tendem a não desenvolver atividades produtivas agropecuárias, mas quando as desenvolviam, as atividades eram realizadas em propriedades pequenas, de titularidades de pessoas que não faziam parte da família e comercializavam produtos processados com selo de inspeção municipal.

Em síntese, o primeiro eixo separa as famílias em dois meios de vida típicos da agricultura familiar. Um grupo de famílias — mais à direita do espaço — é aquele pluriativo, em que a estratégia de reprodução social familiar não passa apenas pela agricultura. Os indivíduos possuem características mais próximas de um meio de vida urbanizado, com acesso à educação formal mais elevada, residem em áreas urbanas

do município e os produtos agrícolas que comercializam possuem marcas burocráticas, como é o caso dos produtos que possuem os selos de inspeção sanitária. O próprio acesso a esses dispositivos burocráticos indica uma maior proximidade das famílias com as questões documentais e legais que o acesso ao selo exige. Tipicamente, esse grupo de famílias é representado pelas famílias F5, F10 e F41.

O outro grupo de famílias — mais à esquerda do espaço — é aquele considerado agrícola e de subsistência, em que a estratégia de reprodução social da família passa apenas pela própria agricultura. Além disso, a divisão do trabalho produtivo se dá por meio do compartilhamento entre os membros da própria família, ou seja, não há contratação de mão de obra externa e não há desequilíbrio entre o consumo familiar e a força de trabalho necessária para atender a esse consumo. Tipicamente, esse grupo de famílias é representado pelas famílias F22 e F39.

5.2 O eixo das marcas de gênero

O segundo eixo (vertical) é formado por 11 categorias. Seis estão embaixo: *a mulher é titular da terra (CpTtM)*, *a mulher é titular da DAP (CpTdM)*, *localização – Ipê Amarelo (CsLI)*, *selo – não, dificuldade de acesso (CpSiDA)*, *o tamanho da propriedade é de até 10 alqueires (CpTpD)*, *agricultura – não desenvolvem mais (CpTagN)*. E cinco estão em cima: *localização – Serra de São Félix (CsLSSF)*, *o homem é titular da DAP (CpTdH)*, *o homem é titular da terra (CpTtH)*, *selo – não, falta de informação (CpSiFI)*, *o tamanho da propriedade é de mais de 15 alqueires (CpTpMQ)*.

As categorias localizadas na parte de baixo podem ser sistematizadas em capacidades desenvolvidas pelos indivíduos (CpTagN), ativos sob propriedade dos indivíduos (CpTtM; CpTdM; CsLI; CpTpD) e atividades requeridas e desenvolvidas pelas famílias para manutenção das atividades produtivas (CpSiDA).

No que diz respeito às categorias que representam as capacidades desenvolvidas pelos indivíduos, quanto mais abaixo estão as famílias, mais tendem a ser *agricultura – não desenvolvem mais*. Essa categoria explica que, apesar de possuírem as propriedades rurais e de já haverem desenvolvido atividades agrícolas, durante a pesquisa, a renda familiar já não era mais proveniente de nenhum tipo de atividade agrícola, ou seja, não desenvolvem mais nenhum tipo de agricultura.

Correlativamente, no que diz respeito aos ativos sob propriedade dos indivíduos, quatro categorias contribuem: *a mulher é titular da terra*, *a mulher é titular da DAP*, *localização – Ipê Amarelo* e *o tamanho da propriedade é de até 10 alqueires*. Essas categorias indicam que, nas famílias, a titularidade da propriedade rural e da DAP, documentos necessários para acesso às políticas públicas para a agricultura familiar, tendem a ser femininas, ou seja, as mulheres adultas é que são as titulares dessa documentação. Indicam também que essas famílias possuem suas propriedades rurais no assentamento da Política Nacional de Reforma Agrária Ipê Amarelo e que, tendem a possuir propriedades de tamanhos medianos com até 10 alqueires.

Por fim, a última categoria diz respeito às atividades requeridas e desenvolvidas pelas famílias para manutenção das atividades produtivas: *selo – não, dificuldade de acesso*, que indica que apesar de necessário para a comercialização de determinados tipos de produtos, as famílias não possuíam o selo de inspeção sanitária necessário devido às dificuldades burocráticas de acesso, tanto com relação

à documentação exigida, quanto em relação às adequações estruturais necessárias para a obtenção do selo.

Resumidamente, quanto mais abaixo do eixo estão as famílias, mais tendem a não desenvolverem mais atividades agrícolas, possuírem propriedades rurais de tamanhos medianos — localizadas no assentamento Ipê Amarelo— e da titularidade ser feminina, bem como não terem obtido selo de inspeção devido à dificuldade em acessá-lo.

As categorias localizadas na parte de cima podem ser sistematizadas em ativos sob propriedade dos indivíduos (CsLSSF; CpTdH; CpTtH; CpTpMQ) e atividades requeridas e desenvolvidas pelas famílias para manutenção das atividades produtivas (CpSiFI).

No que diz respeito às categorias que representam os ativos sob propriedade dos indivíduos, quatro categorias contribuem para a inércia desse eixo. São elas: *o homem é titular da DAP, o homem é titular da terra, localização – Serra de São Félix, o tamanho da propriedade é de mais de 15 alqueires*. Essas categorias indicam que tanto as propriedades rurais, quanto as DAP são de titularidades masculinas, ou seja, as documentações necessárias para acesso às políticas públicas para agricultura familiar são masculinas. Também há a indicação que as famílias são residentes em assentamento da Política Nacional de Crédito Fundiário, na região denominada de Serra de São Félix, em propriedades com tamanhos superiores a 15 alqueires.

Correlativamente, às atividades requeridas e desenvolvidas pelas famílias para manutenção de suas atividades produtivas, apenas uma categoria contribui: *selo – não, falta de informação*, que indica que essas famílias não possuem os selos de inspeção sanitária necessários para a comercialização de determinados produtos devido à falta de informações necessárias sobre o assunto.

Resumidamente, quanto mais acima estão as famílias mais tendem a: possuírem propriedades rurais de tamanhos superiores à média local, localizados na Serra de São Félix e de titularidade masculina e não terem obtido selo de inspeção sanitária para comercializar seus produtos devido a não possuírem informações necessárias para isso.

Em síntese, o segundo eixo separa as famílias em dois meios de vida que as organiza principalmente no que diz respeito aos ativos sob propriedade dos indivíduos. De um lado, estão as famílias que tendem a não desenvolverem mais nenhum tipo de atividade agrícola, mas quando desenvolviam, não possuíam selos de inspeção sanitária para comercialização de seus produtos devido à dificuldade em acessá-los. As propriedades rurais desse grupo de famílias estão localizadas no assentamento Ipê Amarelo, conquistadas via Programa Nacional de Reforma Agrária e tendem a ser de tamanhos medianos de até 10 alqueires. As titularidades tanto da propriedade, quanto da DAP, documentos fundamentais no acesso às políticas públicas para a agricultura familiar, tendem a serem femininas. Do outro lado, estão as famílias que também não possuíam selo de inspeção sanitária para comercialização de seus produtos devido à falta de informações sobre como acessá-lo. As propriedades rurais desse grupo de família estão localizadas na região da Serra de São Félix, conquistadas via Programa Nacional de Crédito Fundiário e tendem a ser de tamanhos superiores a 15 alqueires. As titularidades das propriedades rurais e da DAP tendem a ser masculinas.

É possível notar a existência de dois grupos de famílias com características de meios de vida distintos entre eles. Um grupo de família com marcas de gênero

feminina mais acentuada, em que o acesso às políticas públicas e a tomada de decisão na propriedade leva em consideração a autonomia feminina. Esse grupo é composto por famílias beneficiárias da Política Nacional de Reforma Agrária no assentamento Ipê Amarelo, conquistado por meio de um processo coletivo de disputa pela terra. Essas famílias desenvolviam suas atividades produtivas em propriedades de tamanhos medianos e não possuíam selo de inspeção devido à dificuldade em acessá-lo. Tipicamente, esse grupo de famílias é representado pelas famílias F22 e F39.

O outro grupo de família possui marcas de gênero masculina mais acentuada, visto que o acesso a políticas públicas e a tomada de decisão na propriedade se dá por meio da titularidade masculina. Esse grupo é composto por famílias beneficiárias da Política Nacional de Crédito Fundiário, na Serra de São Félix, em que a concessão da terra se dá por meio da aquisição de crédito bancário, ou seja, sem a necessidade de disputa coletiva para acessá-la. Essas famílias possuem propriedades rurais de tamanhos maiores do que a média local e não possuem selo de inspeção devido à falta de informações sobre o assunto. Tipicamente, esse grupo de famílias é composto pelas famílias F17, F19 e F25.

Ao analisar o espaço social apresentado pela ACM e o posicionamento das famílias nele, é possível compreendermos as características que compõem os três meios de vidas típicos da agricultura familiar que pesquisamos. Destacamos que, apesar de esperarmos encontrar 4 meios de vida distintos (visto que dois eixos correspondem a quatro oposições entre si), os dados da ACM não nos permitiram identificar essas oposições. Os dados nos mostraram a existência apenas de características que correspondem a 3 oposições entre si, ou seja, dos quatro quadrantes do espaço social, as características presentes em um dos quadrantes também estão presentes nos demais. Assim, é possível compreender que as oposições estão presentes em apenas 3 locais do espaço social. Enfim, se levarmos em consideração que os meios de vida e o seu respectivo posicionamento no espaço social podem ser considerados como indicativos da composição do *habitus* dessas famílias, podemos, então, descrever três *habitus* distintos.

O primeiro meio de vida é consolidado pelas seguintes características: desenvolvem uma atividade agrícola de subsistência, em que a estratégia de reprodução da família não está voltada prioritariamente para o acesso aos mercados e a família não está direcionada ao trabalho formal nas áreas urbanas. As atividades produtivas são realizadas por meio do compartilhamento de tarefas entre os membros da própria família, sem necessidade de contratação de mão de obra e sem desequilíbrio entre a força de trabalho e a demanda para o consumo familiar (uma agricultura de subsistência, como afirma Chayanov). Não comercializam seus produtos com selos de inspeção sanitária e alegam dificuldades em acessá-los. Essas famílias são beneficiárias da Política Nacional de Reforma Agrária e residem no Assentamento Ipê Amarelo, em propriedades de tamanhos medianos. Nesse meio de vida, as marcas de gênero feminina são mais nítidas, visto que o acesso às políticas públicas de inclusão produtiva e a tomada de decisão na propriedade levam em consideração a titularidade feminina nas documentações.

Em resumo, e levando em consideração os elementos de Chambers e Conway (1992), para definição de meios de vida, temos que as capacidades desenvolvidas pelas famílias é uma agricultura de subsistência; os ativos sob propriedade das famílias possuem as marcas de gênero na titularidade das documentações e residem em propriedades medianas no Assentamento de Reforma Agrária Ipê Amarelo; e as

atividades requeridas e desenvolvidas pela família para manutenção de sua forma de viver não passam pelo acesso à burocratização da atividade produtiva, como o acesso aos selos de inspeção sanitária, mas passam pela compreensão da importância do compartilhamento do trabalho, independente das marcas de gênero usualmente existentes na divisão do trabalho rural e familiar.

Tipicamente, esse grupo de famílias é representado pelas F22 e F39. Durante o período da pesquisa, essas famílias eram compostas apenas pelos casais. Os jovens da F39 já não residem mais na propriedade rural, pois residem e trabalham na área urbana no município. Portanto, a divisão do trabalho era realizada apenas entre o casal. O único filho do casal da F22 faleceu meses antes do início da pesquisa, e o casal ainda tentava readaptar a rotina produtiva sem a presença e o auxílio do filho. Com a ausência dos jovens na propriedade, ambas as famílias tiveram que reaprender a dividir as tarefas produtivas e domésticas no cotidiano a partir dos acordos entre si. Ambas as famílias participam ativamente das atividades religiosas da região, e a mulher da F22 é liderança da associação do assentamento em que reside.

Mesmo sem o acesso às políticas públicas de inclusão produtiva, a renda das duas famílias permanece sendo proveniente da comercialização da sua produção doméstica. A F22 conta com o auxílio de um taxista que busca a mulher e a produção na propriedade e leva para comercializar os produtos na área urbana do município. A renda dessa família era complementada com as diárias que o homem realizava trabalhando em outras propriedades da região⁷. A F39 possui sua renda familiar complementada com a aposentadoria recebida pelo homem, que é utilizada para o pagamento das despesas domésticas. Ambas famílias deixam claro que a renda proveniente da produção agrícola é utilizada apenas para custeio da própria produção e que o pouco que sobra é utilizado para custeio das demais necessidades domésticas.

Tipicamente, então, esse *habitus* pode ser considerado mais próximo a um rural tradicional, menos flexionado pela presença do mundo urbano, da extensão do estado formalmente, da extensão das escolaridades, mas já com flexões para atividades comerciais e coletivas indicadas pela inserção social no processo de conquista coletiva pelo acesso à terra sem a necessidade de endividamento bancário; por possuírem propriedades de tamanhos medianos e suas estratégias de sobrevivência serem baseadas apenas na agricultura; por não possuírem acesso aos selos de inspeção e por apresentarem nítidas marcas do gênero feminino na documentação familiar.

O segundo meio de vida é consolidado pelas seguintes características: desenvolvem uma agricultura pluriativa, ou seja, a família adota outras alternativas econômicas para sua reprodução social para além da agricultura e da pecuária, como o trabalho advocatício, o trabalho com o turismo rural e de aventura e o trabalho como médicos veterinários. Residem em áreas urbanizadas, possuem acesso educacional formal mais elevado do que as famílias do primeiro meio de vida e comercializam seus produtos com os selos de inspeção sanitária, o que também os diferencia do grupo descrito anteriormente. Em resumo, e levando em consideração os elementos de Chambers e Conway (1992) para definição de meios de vida, observamos que as capacidades desenvolvidas pelas famílias é uma atividade

⁷ Esse casal se divorciou durante o período da pesquisa. A mulher permaneceu na propriedade e continuou trabalhando na sua produção.

pluriativa, ou seja, realizam atividades produtivas para além das agropecuárias e o acesso educacional formal dos membros da família é elevado; os ativos sob propriedade das famílias se localizam em povoados mais urbanizados; e as atividades requeridas e desenvolvidas pela família para manutenção de sua forma de viver passam pelo acesso à burocratização da atividade produtiva, visto que essas famílias acessam os selos de inspeção sanitária para comercialização de seus produtos. Destacamos que, nenhum dos elementos desse segundo meio de vida perpassam pelas marcas de gênero.

Tipicamente, esse grupo de famílias é composto pelas F5, F10 e F41. A F5 reside em povoamento urbanizado no município e sua renda familiar é complementada pela comercialização de polpa de frutas. A renda principal da família é proveniente da aposentadoria que o casal recebe. Apesar de residirem apenas com uma neta, estudante do curso de Direito, possuem uma filha advogada que convive rotineiramente com os pais. Essa característica, de acordo com o casal, possibilitou que eles acessassem os selos de inspeção necessários para a comercialização da polpa de frutas. Foi registrado no caderno de campo algumas características que demonstraram a timidez da mulher durante a pesquisa: voz baixa, introspectiva e sentava-se sempre distante da roda de conversa. Quem participou mais ativamente das respostas foi o homem e a filha, advogada. Notamos a presença de distintos *habitus* geracionais no interior da família.

A F10 é composta apenas por um homem que, apesar de possuir uma propriedade rural, reside na área urbana do município. Durante a pesquisa, ele ocupava o cargo de Secretário de Agricultura do município e, com a mudança da gestão pública municipal em 2020, passou a ocupar o cargo de Secretário de Meio Ambiente. A manutenção de suas despesas é custeada por essa fonte de renda e complementada pela comercialização de polpa de frutas, que realiza durante a noite e durante o seu horário de almoço. É importante destacar que todas as famílias envolvidas na pesquisa indicam esse homem como principal responsável pelo acesso delas às políticas de inclusão produtiva. Notamos, assim, o seu papel de mobilizador social local da agricultura familiar.

A F41 é composta por um casal jovem, ambos com menos de 40 anos. A relação deles com as atividades agrícolas se encerrou no momento que deixaram de acessar as políticas de inclusão produtiva. Atualmente, a renda familiar é proveniente de trabalho autônomo que prestam para terceiros. Foi registrado no caderno de campo que durante todo o período da pesquisa, a mulher nunca esteve presente nos momentos de levantamento de dados. Mesmo quando estava em casa e era convidada, o homem era o único que saía para nos atender e, conseqüentemente, responder aos questionamentos.

Tipicamente, então, esse *habitus* pode ser considerado mais urbanizado que o primeiro: é mais flexionado pela presença do mundo urbano; com extensão escolar e mais flexionado aos dispositivos do estado formal. Ou seja, maior facilidade de acesso a dispositivos burocráticos indicam uma maior proximidade das famílias com as questões documentais e legais que o acesso ao selo de inspeção exige; acessam níveis educacionais elevados; as fontes de renda familiar vão além das atividades agrícolas, — complementadas com renda de empregos formais na área urbana do município.

Por fim, o terceiro meio de vida é consolidado pelas seguintes características: as atividades produtivas são desenvolvidas em propriedades rurais de tamanhos

maiores do que a média local, localizadas na Serra de São Félix, adquiridas por meio da Política Nacional de Crédito Fundiário, via crédito bancário. A comercialização dos produtos se dá sem selos de inspeção, visto que as famílias não possuem informações necessárias sobre o assunto. Nesse meio de vida, as marcas de gênero mais acentuadas são as masculinas, visto que as documentações necessárias para a tomada de decisão da propriedade são de titularidades masculinas. Em resumo, e levando em consideração os elementos de Chambers e Conway (1992) para definição de meios de vida, notamos que as capacidades desenvolvidas pelas famílias é pautada numa agricultura empresarial que requer a contratação de mão de obra externa para realização de atividades, inclusive devido a problemas de saúde entre os membros da família; os ativos sob propriedade das famílias possuem as marcas de gênero masculina na titularidade das documentações e residem em propriedades de grande porte adquiridas via crédito fundiário na Serra de São Félix; por fim, as atividades requeridas e desenvolvidas pela família para manutenção de sua forma de viver não passam pelo acesso à burocratização da atividade produtiva, visto que não possuem acesso aos selos de inspeção sanitária e não há compartilhamento do processo de tomada de decisão, ficando as decisões sob responsabilidade dos homens adultos da família.

Tipicamente, esse grupo de famílias é composto pelas F17, F19 e F25. A F17 atualmente é composta por um casal que possui a aposentadoria como principal renda familiar. Como o homem possui problemas de saúde na coluna, o casal contrata um trabalhador rural para lidar com o gado, com o pasto e com a manutenção física da propriedade rural. As tarefas domésticas e o cuidado com os pequenos animais são realizados exclusivamente pela mulher.

O casal da F19 vive em casas distintas: o homem vive na propriedade rural e a mulher vive em uma casa da família na área urbana do município e cuida de uma frutaria que o marido montou para ela. A mulher possui problemas neurológicos, e os filhos do casal trabalham no exterior. A renda familiar é proveniente dos produtos produzidos pelo marido e vendidos pela mulher na frutaria⁸. Pesquisamos a família em momentos distintos: primeiro na propriedade com o marido e depois na cidade com a esposa. Foi registrado no caderno de campo o receio da mulher em dar informações sem a presença do marido.

A F25 também é composta apenas por um casal, e a renda familiar é complementada com a aposentadoria, com diárias para prestação de serviços em outras propriedades e comercialização do gado. A mulher possui problemas de saúde na coluna, o que inviabiliza a contribuição dela na produção de determinados produtos. Foi registrado no caderno de campo o interesse ativo da mulher em responder as perguntas e interagir durante a pesquisa.

Tipicamente, então, esse *habitus* também pode ser considerado como mais flexionado pela presença do mundo urbano, flexionado às atividades de comercialização para atravessadores e para o comércio de gado e flexionado aos dispositivos do estado formal, como acesso à aposentadoria e ao crédito bancário. Essas características são indicadas pela inserção social no processo de conquista coletiva pelo acesso à terra com endividamento bancário; por possuírem propriedades rurais de tamanhos grandes; por não possuírem selos de inspeção

⁸ Devido às medidas de enfrentamento à COVID 19, a frutaria foi fechada, e a produção estava sendo comercializada pelo marido diretamente para revendedores.

devido à falta de informações e por apresentarem marcas de gênero masculinas na documentação familiar.

Por fim, respondendo à pergunta inicial desse artigo, notamos que a agricultura familiar de Wanderlândia está inserida em um espaço social formado pela presença de três meios de vida tipicamente distintos. E, correlativamente, pela existência de três *habitus* que se opõem entre si em diversos aspectos. Dessa forma, percebemos a necessidade de que as políticas públicas destinadas a esse público levem em consideração essas disparidades e compreensões de toda a diversidade existente dentro desse espaço social.

6 Considerações finais

Como descrito anteriormente, o objetivo dessa pesquisa foi o de delinear os meios de vida das famílias pertencentes à agricultura familiar residentes no meio rural de um município do estado do Tocantins. Metodologicamente, foi utilizada a metodologia da Análise de Correspondência Múltipla (ACM) para realizar a análise dos dados levantados. Por meio dela, foi possível identificar diferenças e oposições entre os grupos familiares, evidenciando a diversidade do meio rural, entendido como um espaço de vida, para além de um espaço apenas de atividade produtiva.

A pesquisa identificou a existência de três principais *habitus*, a saber: um primeiro mais tradicional, menos influenciado pelo ambiente urbano, mas com crescente envolvimento em atividades comerciais e coletivas; outro segundo mais urbanizado, com maior integração com os dispositivos do Estado, com atividades burocráticas e maior acesso à educação formal; e um terceiro ainda mais próximo às atividades urbanizadas, com a comercialização de produtos por meio de atravessadores, com o comércio de gado e atrelado aos dispositivos do Estado, como o acesso ao crédito de instituições bancárias e à políticas sociais, como a aposentadoria.

A análise ainda revelou características distintas que contribuem para compreender esses modos de vida e a complexidade existente na categoria de famílias enquadradas na agricultura familiar. Os resultados sugerem a necessidade de novos estudos para extrapolar outras variações em diferentes contextos sociais, cadeias produtivas e práticas culturais existentes no Brasil.

Ao atingir o seu objetivo inicial, essa pesquisa preenche uma lacuna ao destacar as dinâmicas das famílias no meio rural do Tocantins, proporcionando uma base sólida para futuras investigações, incluindo a relação dessas famílias com políticas públicas e a transformações nos diferentes *habitus* decorrentes de eventos como a pandemia da COVID-19 e o sucateamento das políticas públicas ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. Um guia exploratório para a compreensão do trabalho feminino. In: AGUIAR, N. (Org.) **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

AGUIAR, N. F. Precusores dos estudos de usos do tempo no Brasil. In: MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BONNET, P. LEBARON, F. LE ROUX, B. 2015. L'espce culturel français. In: Lebaron, F. Le Roux, B. **La méthodologie de Pierre Bourdieu en action: espace culturel, espace social et analyse des données**. Paris: Dunod, 2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria prática, precedido de três estudos de etnologia Cabila**. Oeiras: Celta Editora, 2002.

BOURDIEU, P. **Razões práticas, sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 2008.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 10ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013a.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Estudos Feministas, 2004.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. Entre o sonho e a realidade: o crédito rural para as mulheres da agricultura familiar na região sul do Brasil. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.) **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011.

BRUNO, R.; AQUINO, S. L.; JALIL, L.; JUNIOR, V. J. W.; BORDALO, C. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.) **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011.

BUTTO, A. Políticas para mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.) **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011.

BUTTO, A., DANTAS, C., HORA, K., NOBRE, M. FARIA, N. **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CANDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito: um estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 10ed. 2003.

CARVALHO, G. S.; PEDROSO NETO, A. J. O Programa de Aquisição de Alimentos no Tocantins: as condições sociais de realização de mercado com práticas de acesso individuais e coletivas. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 258-276, set/dez, 2016. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.7622>

CHAMBERS, R. CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21^o century. **IDS discussion paper**, Brighton (UK), n.296, p. 1-33, 1992.

CHAYANOV, A. V. A teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, H. M. (Org.) **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1^o ed., 2014.

ESMERALDO, G. G. S. L. Ruídos com marcas de transgressões ancoradas em mulheres assentadas. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: NEAD, 2010.

GARCIA JR, A. R. **O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

GARCIA, M. F. O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no nordeste do Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v.7, n.19, Rio de Janeiro, jun. 1992.

GHIGLIONE, R.; MATALON, B. **O inquérito: teoria e prática**. 2 ed. Oeiras: Celta Editora, 1993.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Resultados definitivos do CENSO Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.htm
| Acesso em: 26 jan. 2021.

LEBARON, F. **La culture économique entre école, Science et politique dans la France contemporaine**. These pour le doctorat de Sociologie. École des hautes études en Sciences Sociales. Paris, France. 1996.

LE ROUX, B.; ROUANET, H. **Geometric data analysis**. Correspondence Analysis to structure data analysis. Dordrecht, Kluwer, 2004.

MALVEZZI, A. M. **As ambivalências do gosto: repensando os limites da teoria bourdieusiana do habitus à luz da dimensão estética**. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MORAES, L. L.; PONTES, N. L. M. T.; SIEBER, S. S.; FUNARI, J.; NASCIMENTO, N. M. S.; MARQUES, P. L. Metodologias, trabalho e uso do tempo: compreendendo a

rotina de mulheres rurais. In: MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, nº 28, 1987.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: PAULILO, M. I. S. (Org.). **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Editora UFSC, 2016b.

PAULILO, M. I.; De GRANDI, A. B.; SILVA, M. M. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In: PAULILO, M. I. (Org.). **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

PEREIRA, M. A.; SOUZA, M.; SCHNEIDER, S. Meios de vida e livelihoods: aproximações e diferenças conceituais. **Revista IDeAS Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 4, n. 1, p. 203-224, jun/jul. 2010.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PETARLY, R.R. Meios de vida das famílias rurais: um estudo da influência das políticas públicas de inclusão produtiva na divisão sexual do trabalho rural. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021.

PETARLY, R. R.; PEDROSO NETO, A. J. Os agricultores familiares e o significado social do dinheiro do programa nacional de alimentação escolar. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 32, n. 1, p. 245- 272, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31423/oikos.v32i1.10333>

PLOEG, J. D. V. **O modo de produção camponês revisitado**. Disponível em:http://www.jandouwevanderploeg.com/PORT/doc/diversidade_O_mododeprod.pdf. Acesso em: 05 maio 2022.

RIBEIRO, V. S.; FINCO, M. V. A. Biodiesel e agricultura familiar no Tocantins: uma análise a partir da teoria dos conjuntos Fuzzy. **Revista ESMAT**, v. 6, n. 8, p. 167-180, dec. 2015.

SEGURA, E. A. A.; RODRIGUES, W.; CASTRILLON, C. A. R. Impacto de las políticas agrícolas de comercialización en la agricultura familiar de la region sur del estado de Tocantins. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 97-120, outubro de 2016.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 12-32, 2011.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008>

SOARES, C. A importância das informações de uso do tempo para os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações sobre as pesquisas domiciliares oficiais. In: MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

TONEZER, C., CORONA, H. M. P., CERATTI, E. R. R. Juventude rural: desafios e possibilidades de reprodução social da agricultura familiar. **Redes**, v. 27, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v27i1.15425>

VILLWOCK, A. P. S.; PERONDI, M. A. Análise das estratégias de renda dos Agricultores Familiares de Itapejara D' Oeste – PR. **Redes**, v. 21, n. 3, 215-238, 2016. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.7563>

ZARZAR, A. L. B. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista**. 2017. 276f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: CARVALHO, H. M. (Org). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1ªed., 2014.

Renata Rauta Petarly. Doutora em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Norte do Tocantins. Docente. Avenida Paraguai, s/nº, esquina com a Rua Uxiramas, Araguaína, TO. renatapetarly@uft.edu.br

Antônio José Pedroso Neto. Doutor em Ciências Sociais. Universidade Federal do Tocantins. Docente. Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Bloco BALA II, sala 22. Plano diretor Norte. ajpedrososneto@uol.com.br

Submetido em: 20/06/2022

Aprovado em: 14/06/2022



CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization) PETARLY, R. R.; PEDROSO NETO, A. J.
Curadoria de Dados (Data curation) PETARLY, R. R.
Análise Formal (Formal analysis) PETARLY, R. R.
Obtenção de Financiamento (Funding acquisition)
Investigação/Pesquisa (Investigation) PETARLY, R. R.
Metodologia (Methodology) PETARLY, R. R.; PEDROSO NETO, A. J.
Administração do Projeto (Project administration) PETARLY, R. R.
Recursos (Resources)
Software PEDROSO NETO, A. J.
Supervisão/orientação (Supervision) PEDROSO NETO, A. J.
Validação (Validation)
Visualização (Visualization)
Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft) PETARLY, R. R.
Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing). PETARLY, R. R.; PEDROSO NETO, A. J.

Fontes de financiamento: Não há.